

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT) – Comunicação de Líder:**

Sra. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores que nos assistem, municipais aqui presentes, em nome da nossa bancada vimos aqui fazer duas afirmações sobre este projeto. Este projeto tem equívoco de método e obviamente de conteúdo. De método: um projeto que apresenta uma mudança radical no Estatuto dos Funcionários Públicos, sem discutir com o funcionalismo, sem dialogar com o funcionalismo, é um projeto que apresenta uma imposição. Bom, tudo que é imposto não funciona. Não funciona, Ver. Aldacir Oliboni! Quero lembrar à base do governo que aqui está, que foi base do Governo Fortunati, que, quando foi remetido a esta Casa o projeto do efeito cascata, houve dois anos de discussão, se construiu um consenso e se votou por unanimidade aqui neste plenário. Este projeto, no seu conteúdo, retira direitos adquiridos do funcionalismo público, e ele diz que vai fazer uma redução financeira de R\$ 16 milhões por ano. Eu quero aqui fazer uma proposição a esta Casa, que retire o regime de urgência, Ver. Camozzato, vamos discutir e encontrar um consenso no projeto, e os R\$ 16 milhões que o governo diz que o projeto economizará, vamos tirar dos R\$ 35 milhões que foram colocados para gastar em publicidade. Não se sabe em qual publicidade, porque a melhor publicidade que há é um bom serviço público. Se nós tivermos o funcionalismo trabalhando em todos os postos de saúde, a comunidade vai estar satisfeita; se nós tivermos professores trabalhando nas escolas, a Cidade vai estar satisfeita. E aí, a base do governo, no debate que fizemos ontem com o Ver. Pujol e com o Ver. Moisés, lá na Rádio Guaíba, afirmava que esse projeto não tira direitos. Como não tira direitos? No seu art. 1º ele começa dizendo que “a partir da data de publicação da lei que insere este artigo, as gratificações por regime especial de trabalho não mais poderão ser majoradas por quaisquer acréscimos decorrentes de tempo de serviço, no âmbito da administração centralizada, autarquias e fundações públicas do Município”. O que é isso? É um direito adquirido que o funcionalismo tem de incorporar no seu salário, na sua aposentadoria, o tempo de serviço. Agora ele retira isso! Assim como o governo está dizendo que todos aqueles benefícios que o funcionalismo pode ter, a partir de agora não mais comporão o corpo do salário, ou seja, quando tiver reajuste, não vai incidir sobre ele. Isso não é retirar direitos? Eu quero dizer aqui que o funcionalismo público municipal é que toca esta Cidade. O funcionalismo público bem remunerado é um cidade eficiente. Eu disse aqui outro dia e

vou repetir, Ver. Mauro Zacher, para a bancada do PTB, que está apoiando aqui esse projeto. O Ver. Luciano Marcantônio, que é secretário, fez uma obra, na Zona Sul, que duplicou aquele estrangulamento que havia na Pedra Redonda, através dos engenheiros, executado pelos funcionários da SMIM e da EPTC, sem nenhum custo para o Poder Público Municipal. Um trabalho de qualidade do funcionalismo. Nós queremos o funcionalismo satisfeito, que trabalhe, que oriente. Aí, vai dizer: “Ah, o funcionalismo não trabalha!” Neste momento, está todo mundo perdido, porque com aquela reforma que foi feita há dois anos, até hoje não se sabe quais são as funções, quais são os projetos, como é que o funcionalismo tem que trabalhar. Então, falta é projeto de governo para executar. E não me venham com um projeto como este, no afogadilho, querer tirar direito adquirido. Nós não podemos, num momento como este, quando vem uma reforma nacional da previdência, que vem nacionalmente retirar direitos, e, agora, no Município, a mesma agenda. Nesse sentido, pedimos ao Ver. Mauro Pinheiro, Líder do Governo, que abra a discussão com os interessados, que abra a discussão com a oposição, porque ela tem muitas contribuições, como fizemos no efeito cascata – fizemos um acordo e votamos por unanimidade. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)